

HABEAS CORPUS Nº 488.023 - SC (2019/0001147-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
LUDMILA GRADICI CARVALHO DRUMOND - SC036422
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : PAULO ROBERTO FELACIO (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. FURTO TENTADO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO INCIDÊNCIA. BENS AVALIADOS NO TOTAL DE R\$ 200,00. PACIENTE REINCIDENTE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. PRECEDENTES.
Ordem denegada

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Paulo Roberto Felacio**, em que se aponta como autoridade coatora a Quinta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (Apelação Criminal n. 0008436-20.2013.8.24.0075).

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 8 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, pela prática do delito previsto no art. 155, *caput*, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal (fls. 102/107).

A defesa interpôs recurso de apelação no Tribunal *a quo*, que foi desprovido nos termos da seguinte ementa (fl. 157):

APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO SIMPLES NA MODALIDADE TENTADA (ART. 155, CAPUT, C/C O ART. 14, INC. II, DO CP). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DA DEFESA.

PLEITO ABSOLUTÓRIO ANTE A ATIPICIDADE DA CONDUTA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. VALOR DA RES QUE NÃO PODE SER CONSIDERADO ÍNFILO. RÉU CONTUMAZ NA PRÁTICA DE DELITOS CONTRA O PATRIMÔNIO. REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA. MAIOR REPROVABILIDADE NA CONDUTA DO ACUSADO. ADEMAIS,

NÃO PREENCHIMENTO DOS VETORES AUTORIZADORES DA APLICAÇÃO DA BAGATELA. CONDENAÇÃO MANTIDA.

PLEITO SUBSIDIÁRIO. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS. INVIABILIDADE. ACUSADO REINCIDENTE ESPECÍFICO EM CRIME DOLOSO. REQUISITOS DO ART. 44 DO CÓDIGO PENAL NÃO PREENCHIDOS. TESE AFASTADA.

FIXAÇÃO DO REGIME ABERTO PARA O INÍCIO DO CUMPRIMENTO DA PENA. NÃO CABIMENTO. RÉU REINCIDENTE. DECISUM MANTIDO.

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Segundo entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal, a incidência do princípio da insignificância pressupõe a concomitância de quatro vetores: a) a mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada (STF, HC 84412, Relator Min.

Celso de Mello, Segunda Turma, julgado em 19-10-2004).

Na falta do preenchimento dos requisitos, impossível é o reconhecimento da atipicidade da conduta.

Daí o presente *writ*, em que a defesa reitera o pedido de absolvição do paciente por entender cabível a aplicação do princípio da insignificância e, alternativamente, pede a fixação do regime aberto para início de cumprimento de pena.

Liminar indeferida (fls. 187/188).

Informações prestadas (fls. 191/218), o Ministério Público Federal ofereceu parecer pela denegação da ordem (fls. 221/223).

É o relatório.

Não obstante as alegações da defesa, a insurgência não prospera.

Da análise dos autos, verifica-se que o Tribunal de origem negou a aplicação do princípio da insignificância em razão de o paciente ser reincidente específico e de o valor dos bens subtraídos – total de R\$ 200,00 (duzentos reais) – ser superior a 10% do salário mínimo vigente à época, R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais).

Ora, com razão o Tribunal de origem, pois, além de o valor da *res*

não se revelar ínfimo, inviável a aplicação do referido princípio, pois a reiteração no cometimento de infrações penais se reveste de relevante reprovabilidade e não se mostra compatível com a aplicação do princípio da insignificância.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FURTO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. HABITUALIDADE DELITIVA. REINCIDÊNCIA EM DELITOS PATRIMONIAIS. CONDENAÇÕES ANTERIORES. REPROVABILIDADE DA CONDUTA. PERICULOSIDADE SOCIAL DA AÇÃO. EXIGÊNCIA DE APLICAÇÃO DO DIREITO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Não obstante o pequeno valor do objeto subtraído - 01 (um) jogo de talheres avaliado em R\$ 48,00 - não há como se acolher o pleito de aplicação do princípio da insignificância no caso em apreço, pois o Agravante é reincidente, possui duas condenações definitivas por crimes de furto e uma condenação definitiva pelo crime de roubo tentado.

2. Constatada a habitualidade delitiva do Agravante em crimes patrimoniais, não há como se considerar que sua conduta é um insignificante penal, pois a recalcitrância criminosa revela que a ação delitiva se reveste de elevada periculosidade social e de intensa reprovabilidade jurídica.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp n. 1.771.947/RS, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 4/2/2019)

Quanto ao regime prisional, melhor sorte não assiste ao paciente.

Com efeito, a reincidência específica do paciente impede o regime inicial aberto, por expressa vedação legal (art. 33, § 2º, do CP).

Neste sentido: AgRg no REsp n. 1.725.555/SP, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 25/9/2018; e HC n. 439.311/SP, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 30/8/2018.

Ante o exposto, **denego** a ordem.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator